

Acordo: parlamentarismo e 5 anos

Sarney e Ulysses admitem gabinete, mas data da mudança divide

JULIO ALCANTARA

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O presidente José Sarney, através de alguns dos seus auxiliares mais credenciados, e o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, começaram a admitir, ontem, a possibilidade de um acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos de mandato, havendo divergência, apenas, quanto à data de vigência, se ainda durante o mandato do atual Presidente, se durante o governo do próximo.

O ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, começou a conversar com alguns constituintes sobre a hipótese do entendimento, comportamento também adotado pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que se diz autorizado pelo Presidente da República para procurar uma forma de entendimento.

ACORDO E DIFICULDADES

Tanto o Governo quanto Ulysses e algumas das mais importantes lideranças da Constituinte estão advertidas para a possibilidade concreta de nenhuma das duas propostas — presidencialista e parlamentarista — conseguir o quorum de maioria absoluta (280 votos), indispensável à sua aprovação em plenário.

Nesse hipótese, configura-se o que, no jargão dos plenaristas, constitui o "buraco negro", um verdadeiro impasse que poderá embarçar o curso do trabalho constituinte, gerando uma crise, como admitiu ontem, em conversas com vários parlamentares — inclusive o mineiro José Geraldo Ribeiro — o deputado Ulysses Guimarães, ao enfatizar a necessidade de um entendimento em torno de forma de governo e duração do mandato.

Ulysses afirmou que se faz necessário empreender

um esforço para conseguir um acordo em torno da implantação do parlamentarismo com mandato de cinco anos para o Presidente da República (atual e futuros), a fim de evitar um impasse que certamente produzirá uma crise de consequências imprevisíveis.

O único ponto que ainda é objeto de grande controvérsia é o início de vigência do novo regime. Sarney quer preservar seus poderes em regime presidencial enquanto durar o seu mandato; os parlamentaristas não se dispõem, em sua maioria, a esperar por tanto tempo para colocar em prática o novo sistema de governo no País.

O Governo já se convenceu da inutilidade de qualquer esforço em torno da aprovação do presidencialismo mitigado, nos termos da proposta Manoel Moreira (inspirada em estudo do jurista Miguel Reale Júnior e enriquecida com contribuições de parlamentaristas mais ligados ao Governo e do próprio Palácio do Planalto).

Essa emenda não tem dez por cento de apoio aqui — dizia, seguro, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

A emenda em torno da qual fluem as negociações é a do deputado Egidio Ferreira Lima, considerando-se questão de honra manter o princípio da censura coletiva ao Ministério, nunca individual, para não atingir obviamente os ministros militares. A perspectiva do acordo ainda enfrenta dificuldades. Ulysses terá de vencer grandes obstáculos para conservar a unidade do PMDB em torno dos cinco anos, uma vez que o grupo mais à esquerda acha que já passou a hora de entendimento em torno do mandato.

Segundo Genebaldo, dificilmente Ulysses conseguirá a proeza de unir o partido em torno dessa fórmula. O deputado mineiro José Geraldo Ribeiro acha que, em face de fatores supervenientes, o presidente do PMDB e da Constituinte terá condições de atrair a maioria esmagadora do PMDB para um acordo com o Palácio do Planalto em torno da fórmula.

Parlamentarismo — Parlamentarismo nos termos da emenda Egidio Ferreira Lima com cinco anos é barato... — gracejava, convicto, o deputado Delfim Netto, hoje ardoroso defensor do regime de gabinete.

O ministro Ronaldo Costa Couto recebeu formalmente, em seu gabinete, anteontem, os deputados do PMDB mineiro Leopoldo Bessone, Maurício de Pádua e Mário de Oliveira, quando admitiu a possibilidade de um entendimento em torno de parlamentarismo com mandato de cinco anos. Ronaldo declarou-se autorizado pelo Presidente para conversar a respeito.

Toda essa articulação em torno do entendimento começou quinta-feira da semana passada, quando os deputados Jorge Uequed e Irája Rodrigues (PMDB-RS) estiveram com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em seu gabinete, para propor entendimento em torno da implantação do parlamentarismo com cinco anos de mandato.

Brossard foi ao presidente José Sarney comunicar-lhe a oferta, ambos discutiram as diversas alternativas. O Presidente da República concordou com a hipótese do entendimento, autorizando as negociações em curso. Ulysses, informado do andamento das conversações, também concordou com o acordo.

O deputado José Geraldo Ribeiro dizia, ontem, que esta sempre foi a posição de Ulysses, lembrando que, no jantar a que o presidente do PMDB compareceu em seu apartamento, na presença do Governador de Minas Gerais, afirmou, em três oportunidades, que é favorável ao mandato de cinco anos.

Adesões reforçam entendimento

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), encontra-se hoje com o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), que revelou ontem ao deputado Delfim Netto (PDS/SP) sua disposição de votar em favor do sistema parlamentarista com mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

O ex-ministro do Interior, deputado Joaquim Francisco (PFL/PE), com quem Passarinho conversou em plenário sobre a gravidade da crise atual, confessou estar perplexo com a situação e já pensa em rever sua posição. Joaquim era um dos líderes do presidencialismo.

BARATINHO

O ex-ministro Delfim Netto estava ontem muito eufórico com a possibilidade de aprovação do sistema parlamentarista. Para ele, mantendo o mandato de cinco anos para Sarney até que a solução ficou "baratinha". A primeira repercussão do crescimento do parlamentarismo foi, a seu ver, a maior seriedade do PMDB na apreciação de várias emendas. "O Covas (senador Mário Covas) já está sentindo a responsabilidade de ser Governo", comentou.

O senador Passarinho comunicou a deputados do PDS que iria procurar os líderes do grupo presidencialista, como o senador Marco Maciel (PFL/PE), para comunicar-lhes que está vendo com simpatia as propostas em torno de adoção do parlamentarismo com mandato de cinco anos. Ele está preocupado com a possibilidade de uma solução híbrida, que acabe sendo estéril e divida as responsabilidades, o que será muito inconveniente no momento atual.

Joaquim Francisco frisou a Passarinho, no encontro mantido em plenário, que o senador José Richa (PMDB/PR), líder do parlamentarismo, está garantindo que a mudança do sistema de governo será aprovada por uma diferença no mínimo de 30 votos. Ambos estão seriamente preocupados com o desdobramento da crise atual.

Passarinho ressaltou que vê com a maior apreensão a possibilidade de, na futura campanha presidencial, no segundo turno, o PFL vir a apoiar a candidatura do ex-governador Leonel Brizola em consequência das pressões regionais. Ele teme que a eleição de Brizola coloque o País em dificuldades.

A tarde, Passarinho recebeu um convite para se encontrar hoje com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para análise do quadro político. Ele recebeu a informação de que o presidente Ulysses também está sensível à proposta de adoção do sistema parlamentarista, com mandato de cinco anos para o atual presidente José Sarney. Ambos, Passarinho e Ulysses, têm, em teoria, maior simpatia pelo presidencialismo.

EUGENIO NOVAES



Crise leva Passarinho a rever sua posição

Opções racham presidencialistas

Os presidencialistas poderão se unir num primeiro momento para a votação da emenda Humberto Lucena e se dividir na apreciação das propostas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que pretendem a adoção de um presidencialismo parlamentarizado. Isto ocorrerá se não houver acordo para a fusão das emendas. As principais divergências existem em relação à figura do primeiro-ministro coordenador e à moção de censura. Hoje haverá nova reunião em busca de um texto comum.

Segundo o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, há duas hipóteses de votação. Na primeira, a emenda Lucena é votada inicialmente, com o apoio de todos os presidencialistas. Em seguida, serão submetidas a voto a questão do mandato do Presidente da República e uma fusão de emendas com base na proposta de Manoel Moreira (que prevê a

figura do primeiro-ministro) — nesta parte os presidencialistas poderão se dividir, se não houver um acordo prévio. A segunda hipótese é a da votação da fusão de emendas, superadas, as divergências.

A tendência do grupo que tem se reunido no gabinete de Lucena é a de apoiar a moção de censura individual. Mas Sant'Anna prefere a moção de censura coletiva, por entender que a individual "gera um fato político extremamente desgastante."

— Val haver uma moção atrás da outra, em cima de todos os ministros — prevê

Outra discordância refere-se ao quorum para a moção de censura. Parte expressiva do grupo que vem trabalhando na fusão das emendas aceita a aprovação da moção pela maioria absoluta dos membros da Câmara. Mas Sant'Anna e o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), querem que o quorum seja de 2/3 dos membros da Câmara, o que, segundo o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), dificulta a ampliação do número de adesões. O líder do Governo defende esse quorum no caso de adoção da moção de censura individual, porque com maioria absoluta "um grupo que quer derrubar o ministro A, um outro grupo que quer derrubar o ministro B e um terceiro que pretende derrubar o ministro C somam os votos e trocam os ministros". Maciel, na mesma linha, acha que se for maioria absoluta, todo dia um ministro será derrubado.

Uma alternativa está sendo examinada: a maioria absoluta seria exigida para a aprovação de manifestação de divergência em relação a um ministro (que está sendo chamada de cartão amarelo), e os 2/3 seriam estabelecidos para a aprovação da moção de censura (o cartão vermelho).